

Americana, na área externa da atual, com cento e quarenta e quatro celas, com capacidade para dois presos cada cela. Devido à gravidade da situação, a obra foi licitada com o prazo de entrega para noventa dias. Com relação ao repasse de verbas da União, o valor previsto, inicialmente, para o ano de 1998, era de um milhão de reais que, em razão de cortes no orçamento, pelo Governo Federal, ficou reduzido a oitocentos e trinta e nove mil reais. Para os municípios de Altamira, Bragança, Paragominas, está prevista a construção de cadeias públicas, nos moldes da APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, no valor de cento e setenta e cinco mil reais cada, com capacidade, por estabelecimento, para sessenta presos. As metas, para o ano de 1998, são a construção de um Centro de Observação e Classificação e um Hospital Penitenciário. Enfatiza, o Secretário, a necessidade de estabelecimento de programas plurianuais para o Ministério da Justiça, independentemente de eventuais trocas de Ministro. Credita ao CNPCP, juntamente com as Secretarias da Justiça estaduais, a capacidade de aglutinar esforços e definir um programa a nível nacional de reestruturação do sistema penitenciário. O Presidente concede a palavra ao Superintendente do Sistema Penal do Pará. O Doutor Alyrio Sabbá ressalta que, em vinte anos, nenhuma vaga foi construída, provocando o aumento do número de presos em delegacias por todo o Estado. O Presidente Lício Barbosa solicita ao Presidente da Comissão do CNPCP, que visitou os estabelecimentos prisionais do Estado do Pará, que se manifeste em razão das colocações feitas. O Conselheiro Guerrero observa que a Secretaria da Justiça do Estado do Pará está em boas mãos, o Estado, como os demais, necessita de mão-de-obra especializada e de mais verbas para o setor. O Conselheiro César, em nome da Comissão, acrescenta que o vídeo apresentado ratifica o relatório elaborado pela Comissão. O Conselheiro entrega cópia do relatório ao Secretário Clodomir Araújo. O Conselheiro Heitor, também integrante da Comissão, destaca a transparência da administração da Secretaria da Justiça do Estado do Pará. O Coordenador-Geral do DEPEN esclarece que o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN repassa aos Estados mais do que arrecada da Unidade da Federativa. O atraso no repasse é decorrência da demora do Tesouro Nacional em creditar para o FUNPEN a verba a ele destinada. Relata, também, que há oitenta e dois milhões de reais retidos no Tesouro Nacional desde 1996 que não são repassados ao FUNPEN, porque "desapareceram". Acrescenta que, em 1997, vários Estados receberam menos do que havia sido orçado inicialmente. Com relação ao Estado do Pará, acrescenta, o Coordenador, que, por ocasião da visita do Governador do Estado, Doutor Almir José de Oliveira Gabriel, ao Ministro da Justiça, Senador Iris Rezende, acordou-se a recuperação do valor orçado anteriormente, tendo o Estado prioridade nas verbas de reforço orçamentário. Quanto ao "Projeto Zero Déficit", acrescenta o Doutor Aloysio que o Estado do Pará será beneficiado, inicialmente, com a construção de uma penitenciária de segurança máxima com capacidade de 160 vagas. A Conselheira Julita destaca que, segundo o censo de 1995, o "déficit" de vagas era de 70 mil. Não obstante os muitos problemas do censo de 1997, os dados mostram que, a despeito da criação de 9 mil novas vagas no país, existe, atualmente, um "déficit" de 90 mil, sendo 5 mil só no Estado do Rio de Janeiro. A Conselheira alerta que se o "Projeto Zero Déficit" investir quatrocentos e oitenta milhões de reais para a criação de 16.440 novas vagas, haverá a necessidade de uma revisão urgente do mesmo. O Coordenador-Geral do DEPEN, com relação ao censo, esclarece que este foi realizado com os recursos existentes, e que os dados não foram coletados diretamente, mas repassados pelas Secretarias da Justiça dos Estados. Com relação aos valores mencionados para os custos das obras do "Projeto Zero Déficit", acrescenta o Doutor Aloysio que o preço da obra pública no país é algo assustador, mas que, após o processo de licitação, será escolhida a proposta de menor valor. O Presidente Lício Barbosa destaca a necessidade de nova estruturação para o Censo Penitenciário de 1997. A responsabilidade do Ministério da Justiça, através do DEPEN, na coleta e divulgação dos dados é muito grande. Ressalta, o Presidente, que se o DEPEN não tem elementos técnicos e recursos humanos necessários para uma precisa execução, e se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE os tem, é necessário localizar e alocar recursos para que se possa trabalhar com dados concretos e confiáveis. Com relação ao problema levantado sobre os custos para a construção de novas vagas no sistema penitenciário nacional, destaca que já designou o Conselheiro Vetuval para representar o CNPCP na Comissão Especial de Licitação do "Projeto Zero Déficit". Acrescenta, ainda, que o Conselho não abdica das suas responsabilidades com o erário público. O Conselheiro César manifesta sua preocupação com a fidedignidade das informações constantes do Censo. Consta, inclusive, imprecisão na nomenclatura utilizada. A Conselheira Julita esclarece que, anteriormente, contatos foram feitos com o IBGE, que orçou em oitocentos mil reais a realização do Censo Penitenciário Nacional, incluindo a coleta direta de dados em cada estabelecimento penal, mas, na época, não ficou entre as prioridades do DEPEN. O Coordenador-Geral do DEPEN informa que a decisão não foi da atual diretoria. O Presidente do CNPCP determina a suspensão da divulgação do censo, até que sejam incluídas as alterações propostas pela Conselheira Julita, acrescentadas das sugestões dos demais Conselheiros, bem como concluídas as visitas feitas, pelas Comissões do CNPCP, aos estabelecimentos penais dos Estados. O Doutor Aloysio ressalta que o DEPEN aceita a decisão do Conselho e acrescenta que, atualmente, não se faz mais distinção entre penitenciária e presídio e que não cabe ao DEPEN questionar as diferenças entre as nomenclaturas, bem como os dados informados pelos Estados. O Conselheiro Ariosvaldo questiona o caráter de segurança máxima das penitenciárias que serão construídas pelo "Projeto Zero Déficit". Destaca que, em Minas Gerais, a necessidade maior é de estabelecimentos para o regime semi-aberto. Indaga da possibilidade de haver alterações na destinação dos estabelecimentos penais previstos no "Projeto Zero Déficit". O Presidente do CNPCP agradece a presença do Secretário da Justiça e do Superintendente do Sistema Penal do Estado do Pará, louva-lhes o zelo e o entusiasmo revelado nas manifestações e em ações concretas. Enaltece, por igual, os esclarecimentos do Coordenador-Geral do DEPEN e as contribuições dos Conselheiros. Enfatiza a necessidade de o Conselho e o DEPEN trabalharem, de forma continuada, em sistema de vasos comunicantes. O Secretário Clodomir Araújo, em nome do Governador do Estado do Pará, convida o CNPCP para a inauguração do modelo prisional APAC, a ocorrer no dia 29 do corrente. Agradece a oportunidade de participar da reunião do CNPCP e a visita da Comissão do Conselho ao seu Estado. Dando prosseguimento à pauta, o Presidente Lício Barbosa informa que o Projeto de Indulto Especial, comemorativo do Cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos, foi encaminhado à Presidência da República no dia 31 de março p.p. Solicita ao Conselheiro Mário Júlio que represente o Conselho no acompanhamento da matéria. Informa, também, o Presidente, que o pedido de patrocínio para os prêmios do III Concurso Nacional de Monografias do CNPCP, encaminhado ao Banco do Brasil, já obteve parecer favorável da Consultoria Jurídica do Banco, aguardando decisão da Presidência. O Presidente do CNPCP entrega, a cada Conselheiro, exemplar original Diário Oficial da União com a publicação do anteprojeto do Código Penal Brasileiro. Entrega, também, cópia do parecer do Conselheiro Damásio relativo à suspensão, de ofício, de sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção-Goiás, pelo Presidente da mencionada entidade em face de sua posse como Presidente do CNPCP, sob o fundamento de existir incompatibilidade entre esse cargo e o exercício da advocacia. O Presidente passa à fase das comunicações. O Conselheiro Guariglia registra o recebimento de exemplar nº 01 da revista francesa *SAGA* onde consta a matéria comemorativa do centenário da publicação do *J'accuse* de Émile Zola. Propõe manifestação do CNPCP, dada a

excelência do trabalho, por ocasião da data comemorativa. O Presidente informa que enviará expediente ao Adido Cultural da Embaixada Francesa. O Conselheiro César informa as providências já tomadas para a realização do IV Fórum de Direito Penitenciário que ocorrerá em Fortaleza nos dias 15 e 16 de junho próximo. O Conselheiro D'Urso transmite o convite do Doutor Mário Ottoboni, Presidente da APAC, ao Presidente do CNPCP, para visitar a unidade prisional de São Paulo, juntamente com os Conselheiros que ainda não conhecem o método APAC. O Conselheiro Heitor comunica a instalação do Fórum Permanente da Execução Penal da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, tendo na Presidência o Desembargador Alves Mayrink da Corte e como integrantes o Juiz Marco Aurélio Belizze, da Vara da Execução Penal, o Juiz Geraldo Prado, da Vara da Criança e do Adolescente, o Psiquiatra Talvani Marins de Moraes, o Professor Universitário Heitor Piedade Júnior e a Socióloga Edna Del Pomo de Araújo. O Conselheiro D'Urso passa às mãos do Presidente Lício Barbosa o exemplar nº 002 do Boletim do Instituto Manoel Pedro Pimentel da Faculdade de Direito da USP, elaborado pelo Centro de Estudos Penais e Criminológicos de São Paulo. O Conselheiro Miguel entrega ao Presidente do CNPCP o exemplar nº 30 da revista *Readaptación*, publicação da *Dirección General de Prevención y Readaptación Social* do México. A Conselheira Julita relata sua participação, como representante do Brasil, na reunião do Centro de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, com o objetivo de elaborar um manual para treinamento de pessoal penitenciário com enfoque aos Direitos Humanos. O Conselheiro César comunica que, após série de denúncias feitas pela comunidade e pela pastoral carcerária, o sistema penitenciário cearense é alvo de várias reformas, entre elas está a do Instituto Penal Paulo Sarasate. O Conselheiro propõe voto de louvor ao Governador do Estado do Ceará, Doutor Tasso Jereissati, aprovado à unanimidade. O Conselheiro Mário Júlio destaca o prestígio dado, pelos dois últimos Ministros da Justiça, ao CNPCP e propõe que, do mesmo modo que o Conselho procedeu por ocasião da saída do Ministro Nelson Jobim, agora, que se afastam de suas funções de Ministro da Justiça e de Secretário Executivo, o Senador Iris Rezende e o Ministro José de Jesus, também se manifeste o Conselho, aproveando voto de louvor pelo apreço e prestígio com que ambos sempre apoiaram as atividades do Conselho. O Conselheiro Guerrero propõe que se inclua na manifestação aplauso à conclusão do anteprojeto do Código Penal Brasileiro. O Presidente Lício Barbosa suspende a sessão e convida a todos a saudarem pessoalmente o Ministro José de Jesus. Reiniciando os trabalhos, o Presidente comunica que oficiará aos Secretários de Justiça dos Estados para que tomem conhecimento da portaria nº 08/98 do CNPCP, que designa as Comissões que visitarão, a título de inspeção, os estabelecimentos penais do país, informando-lhes que os integrantes das comissões entrarão em contato para apertar os detalhes das visitas. Dando prosseguimento à pauta, o Presidente solicita a apresentação do anteprojeto das Regras Mínimas para o funcionamento dos Conselhos Estaduais à Comissão encarregada de elaborá-lo. O Conselheiro Vetuval, integrante da Comissão, esclarece, a pedido, que o Conselheiro Rolf, relator da matéria, impossibilitado de comparecer, solicita o adiamento do assunto em pauta para a próxima reunião. O Presidente interrompe os trabalhos para saudar a Professora Ester Kosovski, que nesse momento passa a participar da reunião do CNPCP, atendendo ao convite do Presidente do Conselho. Dando continuidade à pauta, o Conselheiro César, relator da Comissão de elaboração do anteprojeto de reformulação do Regimento Interno do CNPCP, apresenta o trabalho realizado. Posto em votação, o texto apresentado é aprovado à unanimidade. Aprovado o voto de louvor à Comissão, proposto pelo Presidente do CNPCP pelo trabalho realizado. O Conselheiro César apresenta a revisão feita, conforme designação, do formulário padrão para Relatório das Atividades dos Conselhos Penitenciários Estaduais. Relata sua surpresa pela série de falhas e repetições encontradas e indica as mudanças efetuadas. Aprovada a revisão. Em face da exposição dos itens constantes no relatório, o Conselheiro Guariglia destaca a ausência, no Censo Penitenciário Nacional de 1997, do número de mandados de prisão não cumpridos, dado importante para o cálculo da carência de vagas no sistema. O Presidente Lício Barbosa designa os Conselheiros Guariglia, César e D'Urso, para integrarem a Comissão que revisará a matéria junto ao DEPEN. O Presidente do CNPCP solicita ao Conselheiro Vetuval, designado para representar o Conselho na comissão de licitação das obras do "Projeto Zero Déficit", que faça relato da audiência pública ocorrida no dia 23 do mês passado. O Conselheiro esclarece que participaram da abertura do processo de licitação em torno de 40 a 50 pessoas interessadas na execução das obras para os 25 Estados contemplados - Amapá e Roraima estão excluídos, mas solicitaram esclarecimentos, relacionados aos aspectos físicos das obras. Tendo o Conselheiro indagado sobre os regimes a que se destinam as novas penitenciárias, obteve como resposta que todas serão construídas para abrigar o regime fechado, podendo, numa futura ampliação, também abrigar os demais regimes. A manifestação do Conselheiro Ariosvaldo é no sentido de alertar: para a necessidade de abrir, em Minas Gerais, a Casa do Albergado, e não a construção de mais estabelecimentos para regime fechado. O Presidente do CNPCP informa que solicitará a presença, na próxima reunião do Conselho, do Diretor e do Coordenador-Geral do DEPEN para redimensionar o projeto. O Governo Federal decidiu alocar recursos elevados no sistema penitenciário nacional, e, esclarece, o Presidente, é função do CNPCP participar da destinação dessa verba. O Presidente Lício Barbosa informa que, a convite do Presidente da Comissão de Justiça e Cidadania da Comissão de Direitos Humanos do Congresso, compareceu à Câmara dos Deputados, inclusive na condição de representante do Ministro da Justiça, no último dia 31, acompanhado pelos Conselheiros Serralvo e Vetuval, pelo Coordenador-Geral do DEPEN e pela Secretária Ana Luiza. Também foram convidados a prestar depoimentos o Secretário da Administração Penitenciária de São Paulo, Doutor João Benedito de Azevedo Marques, um representante da Pastoral Carcerária, e outro da Organização Não Governamental *Human Rights Watch*. O Presidente do CNPCP prestou esclarecimentos sobre o sistema penitenciário nacional, a arrecadação do FUNPEN e o "Projeto Zero Déficit". O Presidente da Comissão de Justiça e Cidadania manifestou interesse na continuidade do debate. A 245ª reunião do CNPCP prosseguiu com a análise dos pareceres dos seguintes processos distribuídos. 1) Processo MJ nº 08000.000909/98-57 - Assunto: Departamento do Sistema Penitenciário do Estado do Mato Grosso do Sul solicita informações sobre as diretrizes básicas da Política Penitenciária Nacional. Parecer oral do Conselheiro Miguel como o CNPCP já preparou o calendário de visitas aos Estados brasileiros, encaminhar à Comissão que visitará o Estado para que, através de contato pessoal com o Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Mato Grosso do Sul, dê orientação e esclareça as dúvidas existentes. Aprovado. 2) Processo MJ nº 08000.021021/96-78 - Assunto: Esboço de projeto, de autoria do senhor José Carlos Aleman Júnior, para atender parte das necessidades do Sistema Penitenciário. Parecer do Conselheiro D'Urso: pelo arquivamento. Aprovado. 3) Processo MJ nº 08000.001847/98-37 - Assunto: Sustação de verba destinada à obra do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara/SC. Parecer do Conselheiro Guariglia a matéria não se presta para exame e parecer, visto que a questão está "sub-judice", pendendo de decisão final uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal, aprovado. 4) O Conselheiro Vetuval solicita o desarquivamento do Processo nº MJ/SAL 224/96 - Assunto: PL nº 67/96 do Senador Gilvam Borges que define e regula os meios de prova e procedimentos, destinados à prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas, relatado pelo Conselheiro Botelho na última reunião do CNPCP. Aprovado. Encerrada a pauta da 245ª reunião do CNPCP, o Presidente Lício Barbosa